

Retratos da Infância e Adolescência

Macapá - AP / 2025





PREFEITURA DE MACAPÁ

Antônio Paulo de Oliveira Furlan

Prefeito de Macapá

Mario Rocha de Matos Neto

Vice-Prefeito de Macapá

Luciana Araújo Goés Gurgel

Secretária Municipal de Assistência Social

Raimundo Azevedo Costa Junior

Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Marcos André Pantoja da Silva

Secretário Municipal de Educação



Uaci Moraes Caldas

Presidente do CMDCA

Jefferson Manoel Valente Monteiro

Vice-Presidente do CMDCA

Sâmilla Pires da Gama Rocha

Coordenadora do CMDCA

Julcilene da Silva Lima

Secretária Executiva do CMDCA

Ficha Técnica

Realização:



Endereço: Avenida Almirante Barroso, nº 2957 – Alvorada, Macapá/AP

Telefones: (96) 3242-2357 | 99119-0865

E-mail: cmdca_amapa@hotmail.com

CNPJ: 18.412.827/0001-78 (FMDCA)

Representantes do Poder Público

Jefferson Manoel Valente Monteiro — Secretaria Municipal de Assistência Social

Daise Dannielle F. de Lima — Secretaria Municipal de Saúde

Solange Pereira do Livramento — Secretaria Municipal de Educação

Carmozina Tavares Lima — Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Nilcilene dos Santos Quadros — Sec. Mun. de Planejamento, Orç. e Tec. da Informação

Representantes da Sociedade Civil

Jessica Larissa Freitas da Cruz — Oficina de Lutheria da Amazônia (OELA)

Edem Ferreira dos Santos — ONG Pró Vida LGBTQ+ Amapá

Cassius Clay Lemos Carvalho — Associação de Pais e Amigos dos Autistas do Amapá

Luiz José dos Santos Neto — Associação Acolher Macapá

Fabíola Vitória Ribeiro Rocha — Instituto INOVA - Estágio Aprendiz

Ozório Ramos dos Santos Filho — Escola de Futebol Futuros Atletas do Trem (EFFAT)

José Ronaldo de Souza Martins — Federação Amapaense de TONG - IL MOO DOO

Antônio Jovenildo da Silva Viana — ESDT

Uaci Moraes Caldas — Missão Evangélica de Assistência aos Pescadores (MEAP)

Paulo Costa Silva — Federação Amapaense das Escolhinhas de Futebol

Parceria Estratégica:



Associação Acolher Macapá

Avenida Ceará, nº 170 – Pacoval, Macapá/AP

(96) 98808-1746 / administrativo@acolhermacapa.org

Luiz José dos Santos Neto (Representante Legal)

Execução:



Impulsione Consultoria Social

Avenida Industrial, nº 780 – Jardim, Santo André/SP

(11) 93354-3369 / consultoria@grupoimpulsione.com

Mirhay Rodrigues Teixeira - Diretor Técnico

SUMÁRIO

Diagnóstico Socioterritorial

Carta de Apresentação	04
Metodologia Implementada	05
Resumo Executivo	08
Análise Preliminar	10
Principais Problemas	17
Principais Violações	18
Plano de Ação	20



Carta de Apresentação

Estimados cidadãos e cidadãs de Macapá,

É com profunda honra e um sentimento de compromisso renovado que apresentamos o **Diagnóstico Situacional da Infância e Adolescência do Município de Macapá**. Ao longo deste processo, nossa equipe teve o privilégio de conhecer histórias, ouvir testemunhos de lutas e ver o compromisso de tantas pessoas que estão verdadeiramente compromissadas em tornar Macapá um lugar seguro para crianças e adolescentes.

A realização deste diagnóstico vai além de um exercício técnico de coleta de dados. É, antes de tudo, um ato político de defesa dos direitos humanos. Com a conclusão deste trabalho, destacamos que, além de seu valor para o planejamento da gestão pública e para a atuação das organizações da sociedade civil, sua realização constitui uma ação diligente e estratégica em defesa dos direitos de crianças e adolescentes no país.

Queremos lembrar, a todos que tiverem este estudo em mãos, que ele só existe porque o Brasil construiu, com lutas históricas, uma das legislações mais avançadas do mundo na proteção integral à infância e à adolescência: o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. O ECA não é apenas uma lei — é um marco civilizatório. Nele, crianças e adolescentes não são mais “objetos” de intervenção, mas **cidadãos**, em condição peculiar de desenvolvimento, sob a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. É graças ao ECA que existe o Sistema de Garantia de Direitos, os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos e a obrigação do poder público em formular e executar políticas como o **Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Macapá**, que norteou este diagnóstico.

Fazer o ECA valer em Macapá exige mais do que leis no papel. Exige **orçamento digno, gestão comprometida, articulação intersetorial e, acima de tudo, controle social ativo**. O enfrentamento da violência sexual, do trabalho infantil, da evasão escolar, da falta de acolhimento, da precariedade no acesso à saúde mental e do abandono nas comunidades ribeirinhas depende de um Estado presente, mas também de uma sociedade organizada, vigilante e propositiva. Este diagnóstico é uma ferramenta para essa mobilização.

Uma vez finalizado e disponibilizado para todos, esse diagnóstico passa a ser um instrumento de formulação, ampliação e execução de políticas públicas que colocam a criança e o adolescente como pauta prioritária nas discussões do poder público.

Agradecemos ao **Programa Amigo de Valor**, que em parceria com o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Macapá (CMDCA)**, possibilitou a execução desse diagnóstico como ferramenta para o fortalecimento de políticas públicas locais. À equipe técnica que gere o Programa Amigo de Valor, que com tanta excelência e comprometimento trabalha para que crianças e adolescentes em todo o Brasil sejam ajudados, assistidos e supridos em suas diversas necessidades, nosso respeito, admiração e agradecimento!

Nossa gratidão especial vai para a **Associação Acolher Macapá**, através de seu Presidente, Sr. Luiz Neto, que tão prontamente nos ajudou em articulação, intermediação e apresentação de parceiros, territórios e contextos que fazem parte da vida de nosso público alvo.

Que este documento não seja um fim, mas um pontapé inicial. Um convite ao debate, ao planejamento coletivo e à ação corajosa. Macapá tem todas as condições para ser referência na garantia dos direitos de sua infância e adolescência. Que possamos, juntos, construir os caminhos para que isso se torne realidade.

Mirhay Rodrigues Teixeira
Impulsione Consultoria Social

Metodologia Implementada

Prezados leitores,

Antes de prosseguirmos com as análises deste Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente de Macapá, gostaríamos primeiro de fazer um esforço nem sempre comum de esclarecimento do que seja esse trabalho, o que poderá lhes ajudar na sua compreensão e utilização.

ESCOPO

Primeiro, este é um diagnóstico situacional da infância e adolescência do Município de Macapá, o que por si define e delimita seu objeto/sujeito de análise: as crianças e adolescentes desta capital amapaense. Tal análise é feita a partir da compreensão dos seus direitos previstos na Constituição Federal e pelo ordenamento jurídico brasileiro, devidamente esmiuçados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e orientados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) na forma de cinco eixos temáticos estruturantes:

- **Promoção dos Direitos**
- **Proteção e Defesa dos Direitos**
- **Protagonismo e Participação**
- **Controle Social da Efetivação dos Direitos**
- **Gestão da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Essa abordagem permite uma leitura territorializada e contextualizada da realidade de crianças e adolescentes em Macapá, considerando suas especificidades socioculturais, econômicas e geográficas, como a presença de comunidades ribeirinhas, a vulnerabilidade social em áreas periféricas e os desafios inerentes a uma capital da Amazônia Oriental.

Segundo, é preciso informar o que é e (igualmente importante e esclarecedor) o que não é este diagnóstico. O significado de diagnóstico é originado das ciências médicas, como o ato de determinar as causas e características de uma condição, por meio da observação de seus sintomas. Já na administração pública, refere-se ao processo de mensurar e compreender a realidade, identificando pontos críticos e oportunidades de melhoria. Ambos os significados remetem ao exercício de “problematização” e compreensão das origens dos problemas — que, neste caso, dizem respeito às crianças e adolescentes de Macapá. É a partir deste diagnóstico que tais problemas, devidamente identificados, poderão ser enfrentados por meio de políticas públicas estruturadas. Sem ele, não há clareza nem direção quanto ao caminho a ser seguido na garantia de direitos.

Ao fazermos esta delimitação, é necessário destacar que não coube a este diagnóstico realizar análises ou juízos de valor sobre a gestão ou processos de trabalho internos dos órgãos públicos responsáveis — de forma mais direta — pelo bem-estar de crianças e adolescentes, nem das entidades privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) do município. Todavia, há sim registros e avaliações indiretas sobre o funcionamento de serviços e da rede de proteção, sobretudo a partir de dados oficiais, relatórios técnicos e da percepção dos atores envolvidos no SGDCA local.

Em sua forma final, este documento não se constitui em um plano de ação, como o próprio Plano Decenal Municipal já o faz. Entretanto, é inevitável que, ao identificar problemas estruturais — como a falta de vagas em acolhimento institucional, a evasão escolar em áreas periféricas ou a subnotificação de violências —, algumas recomendações preliminares surjam como decorrência lógica da análise. Assim, ainda que não seja seu objetivo principal, este diagnóstico aponta caminhos e sugere prioridades para a atuação municipal.

Metodologia Implementada

EIXOS DO PLANO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A investigação analítica do **Diagnóstico Situacional da Infância e Adolescência (DiSIA) de Macapá** teve como base orientadora, em sua construção, a própria estrutura sobre a qual se assenta Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: um conjunto de **cinco eixos estratégicos**, conforme apresentado no quadro a seguir. Cada um desses eixos prioriza um determinado aspecto da garantia de direitos, visando assegurar e ampliar a proteção integral estabelecida a partir do **artigo 227 da Constituição Federal** e do **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, de forma articulada e territorializada à realidade macapaense.

Quadro: Eixos Estratégicos do Plano Decenal de Macapá

EIXO	NOME	FOCO PRINCIPAL
1	Promoção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	Este eixo abrange a organização das políticas sociais básicas e a responsabilidade primária do Estado em garanti-las, assegurando que crianças e adolescentes tenham acesso efetivo aos bens e serviços essenciais ao seu desenvolvimento integral. Nele se analisam a função da escola, a qualidade da educação, o acesso às manifestações culturais e as ações de promoção da saúde, com foco na universalização e equidade dos direitos.
2	Proteção e Defesa dos Direitos	Este eixo concentra a proteção e a defesa diante de situações de violação de direitos, estruturando as medidas de proteção, as medidas socioeducativas e a operacionalização do Sistema de Garantia de Direitos. Nele atuam prioritariamente os Conselhos Tutelares e para ele convergem, com maior frequência, os recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nas esferas municipal, estadual e nacional. É também o eixo no qual se inserem, majoritariamente, os órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil vinculadas à Assistência Social.
3	Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes	A participação implica atuação consciente em espaços de debate e deliberação. Embora pautada pela democracia representativa, nossa sociedade mobiliza a cidadania quase exclusivamente em períodos eleitorais, não estimulando processos contínuos de avaliação e intervenção comunitária. Promover a participação requer a criação e manutenção de ambientes efetivos de exercício democrático, nos quais o poder seja compartilhado de forma real. No caso de crianças e adolescentes, é fundamental garantir sua participação qualificada, por meio de preparação adequada que lhes permita intervir de forma consciente e relevante nos processos decisórios.
4	Controle Social da Efetivação dos Direitos	Este eixo mantém a lógica do anterior ao reconhecer que o controle social depende da qualificação dos agentes que dele participam. Nos espaços fundamentais de controle — Conselhos e Conferências — torna-se imprescindível avaliar os mecanismos de formação das representações, ampliar sua legitimidade e assegurar fluxos permanentes de interlocução entre representantes e representados. A efetivação do controle social também exige transparência e amplo acesso às informações públicas.
5	Gestão da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	A discussão sobre a gestão da política implica analisar o papel do Estado e os efeitos da privatização, terceirização, parcerias e modelos correlatos. Este eixo abrange a estrutura dos sistemas de deliberação e gestão das políticas públicas, reconhecendo que os mecanismos gerenciais não são meros instrumentos administrativos, mas fatores que podem ampliar ou restringir o acesso dos usuários e da sociedade à condução dos serviços públicos.

Metodologia Implementada

Orientações de Leitura

Consideramos importante que o material analisado seja ilustrado e traduzido da melhor forma possível, na forma de um texto acessível a todos os públicos, mas sem necessariamente perder seu caráter técnico. Para uma melhor fluência e compreensão das análises deste diagnóstico, gostaríamos de apontar o seguinte:

- Anterior a análise ponto-a-ponto de todas as questões, é apresentado um resumo executivo que sintetiza tais análises. Sua leitura não substitui a leitura do material completo e não está limitada a diferentes interpretações, desde que respeitados critérios técnicos.
- Via de regra, as questões apresentam um somatório em expressão percentual, isto é, com total 100%. Porém, algumas questões dos questionários on-line possibilitavam aos respondentes assinalar até três alternativas cumulativamente, a partir de diversas opções de múltipla escolha, em número variável pra cada questão deste tipo. Como essas respostas não são excludentes entre si, essas questões permitem que até três diferentes alternativas possam atingir o nível de 100% e que seu somatório possa ser de até 300%, respeitando o entendimento de que, nestes casos, diferentes alternativas podem coexistir.
- Algumas questões relativas a escuta juvenil não foram objeto de análise, mas somente de representação gráfica, por entendermos que, para certos assuntos, a opinião dos jovens deve “falar por si”, sem a necessidade de um comentário adulto.

Resumo Executivo

Documento técnico-sintético baseado no Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Macapá (2017-2026) e em dados oficiais atualizados. Elaborado para subsidiar a tomada de decisão e o aprimoramento das políticas públicas municipais.

Data de Referência Principal do Diagnóstico: Dados do Plano Decenal (base 2017) contextualizados com estatísticas públicas mais recentes (Censo IBGE 2022, DataSUS, etc.).

Período de Vigência do Plano Analisado: 2017 a 2026.

Data de Elaboração deste Resumo: Novembro de 2025.

1. CONTEXTO DEMOGRÁFICO ATUALIZADO (CENSO 2022)

Macapá possui 442.933 habitantes, dos quais 126.867 são crianças e adolescentes (0 a 17 anos), representando 28,6% da população municipal. A cidade mantém uma acentuada desigualdade territorial: enquanto a zona urbana concentra infraestrutura e serviços, distritos e comunidades ribeirinhas como Bailique, Carapanatuba e Curiaú enfrentam exclusão severa no acesso a direitos fundamentais.

Destaque crítico: 26,8% das crianças de 0 a 14 anos vivem em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo, configurando um cenário de vulnerabilidade socioeconômica estrutural que impacta diretamente seu desenvolvimento integral.

2. PRINCIPAIS PROBLEMAS CONSOLIDADOS

2.1. Violência e Proteção Social Insuficiente

- Bairros com maior concentração de adolescentes em medida socioeducativa: Congós (Zona Sul) e Perpétuo Socorro (Zona Norte).
- Apenas 3 Conselhos Tutelares para toda a cidade, abaixo do parâmetro nacional recomendado (1 para cada 100 mil habitantes).
- Violência sexual subnotificada e rede especializada ainda incipiente.

2.2. Pobreza e Desigualdade

- 19,3% da população em situação de pobreza (Censo 2022).
- Trabalho infantil e situação de rua presentes, com capacidade limitada do Centro Pop (100 vagas).
- Saneamento básico precário: apenas 9% dos domicílios rurais têm esgotamento adequado (Censo 2022).

2.3. Educação com Déficits Estruturais

- 79,9% dos adolescentes em medida socioeducativa possuem apenas o Ensino Fundamental II completo (dados 2014-2015 do Plano Decenal).
- Oferta insuficiente de educação infantil e profissionalizante, especialmente para adolescentes a partir de 14 anos.

2.4. Saúde com Lacunas

- Mortalidade infantil: 19,83 óbitos por mil nascidos vivos (dado de 2010), indicando necessidade de vigilância contínua.
- Saúde mental infantojuvenil: 2 CAPS Infantis especializados - abaixo do parâmetro nacional recomendado.
- Dependência química entre adolescentes sem rede de cuidado ampliada e acessível.

Resumo Executivo

2.5. Rede de Proteção Subdimensionada e Pouco Capilar

- 6 CRAS, 2 CREAS, 1 Centro Pop e 1 abrigo com 20 vagas para adolescentes.
- Sem serviço de acolhimento municipalizado para crianças de 0 a 12 anos.
- Dificuldade de acesso a comunidades ribeirinhas por falta de transporte fluvial e terrestre adequado.

3. PRIORIDADES URGENTES (2024-2026)

1. **Ampliação da rede de proteção:** Criar novos Conselhos Tutelares, municipalizar o acolhimento para crianças e ampliar vagas em serviços socioassistenciais.
2. **Enfrentamento da violência sexual e do trabalho infantil:** Implementar ações integradas com segurança pública, saúde, assistência e sistema de justiça.
3. **Redução da evasão escolar e oferta de educação profissionalizante:** Estabelecer parcerias com Sistema S e iniciativa privada para cursos a partir dos 14 anos.
4. **Atenção à saúde mental e redução de danos:** Implantar CAPS Infantojuvenil e ampliar a rede de atendimento à dependência química.
5. **Superação das barreiras geográficas:** Adquirir lanchas e veículos para equipes volantes do SUAS e do Conselho Tutelar.
6. **Fortalecimento do protagonismo e participação juvenil:** Criar e institucionalizar espaços permanentes de escuta e deliberação nos bairros, escolas e conselhos.

4. CONCLUSÃO

Macapá enfrenta desafios históricos e estruturais — desigualdade socioeconômica, violência, fragilidade da rede de proteção e exclusão territorial — que comprometem o desenvolvimento pleno de suas crianças e adolescentes.

A implementação integral, monitorada e avaliada do Plano Decenal (2017-2026) é instrumento fundamental para a superação desse quadro, mas exige, de forma inadiável:

- Priorização orçamentária municipal com alocação de recursos próprios e garantia de contrapartida aos repasses externos.
- Articulação intersetorial real e permanente entre as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, segurança e planejamento.
- Fortalecimento dos mecanismos de controle social, com o CMDCA, os Conselhos Tutelares e a sociedade civil organizada atuando de forma propositiva e fiscalizadora.
- Inclusão substantiva de crianças e adolescentes não apenas como beneficiários, mas como sujeitos de direito e agentes ativos na construção das políticas públicas.

Sem um compromisso político firme, investimentos sustentados e participação social efetiva, os avanços necessários permanecerão distantes, e os direitos garantidos no ECA continuarão sendo uma promessa não cumprida para milhares de jovens macapaenses.

1. ANÁLISE PRELIMINAR

Caracterização do município segundo dados oficiais

O município de Macapá, capital do estado do Amapá, possui uma área territorial de 6.407,98 km² e localiza-se na região Norte do Brasil, situando-se na foz do Rio Amazonas. Com uma população de 442.933 habitantes (Censo IBGE 2022), o município concentra aproximadamente 60% da população estadual, caracterizando-se como uma cidade de médio porte na Amazônia Legal.

Do ponto de vista socioeconômico, embora o IDHM de 2010 (0,733) aponte um Alto Desenvolvimento Humano em relação aos demais municípios do estado, os dados recentes revelam desafios persistentes. Um total de 65.432 crianças e adolescentes estão cadastradas no CadÚnico, das quais 19.561 famílias encontram-se em situação de extrema pobreza. Ademais, 12,1% das crianças e adolescentes residem em domicílios onde nenhum adulto completou o ensino fundamental, cenário que agrava a vulnerabilidade social e limita as perspectivas de mobilidade educacional.

Em síntese, Macapá apresenta um perfil de capital amazônica com significativos desafios intersetoriais, demandando ações integradas e territorializadas para garantir a efetiva proteção integral de suas crianças e adolescentes, sobretudo nos territórios mais vulneráveis.



Panorama Geral do Município

INDICADORES	VETORES	DADOS
Populacionais	População	442.933 habitantes
População por Gênero	Homens	216.026 (48,77%)
	Mulheres	226.907 (51,23%)
População por Cor/Raça	Branca	112.386 (25,37%)
	Preta	110.092 (24,85%)
	Parda	204.254 (46,11%)
	Amarela	4.802 (1,08%)
	Indígena	11.326 (2,56%)
	Não Declarada	73 (0,02%)
Estrutura Etária	0 a 14 anos	107.399 (24,25%)
	15 a 19 anos	34.045 (7,69%)
	20 a 39 anos	135.362 (30,57%)
	40 a 59 anos	97.412 (21,99%)
	60+	42.785 (9,66%)
Área	Área Territorial	6.563,849km ²
Situação Domiciliar	Urbano	439.896 (99,31%)
	Rural	3.037 (0,69%)

Fontes: SIDRA IBGE; DATASUS/TABNET; IPEADATA.

Macapá apresenta um perfil demográfico jovem e predominantemente urbano, mas enfrenta graves desafios sociais que comprometem a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Apesar de quase um terço da população ser formada por esse público, faltam políticas robustas diante dos altos índices de pobreza, desigualdade, desemprego juvenil e trabalho infantil.

O cenário aponta para a necessidade urgente de ações intersetoriais articuladas, com foco na primeira infância e adolescência, fortalecimento dos conselhos de direitos e participação ativa dos jovens nas decisões que os afetam.

Macapá e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados aos direitos da criança e do adolescente

ODS	INDICADOR	VETORES	DADOS	FONTE
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Pobreza e Indigência	Pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza	31,4%	IBGE-SIS (2023)
		Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos	56,5%	PNAD Contínua
	Vulnerabilidade social	Índice de Vulnerabilidade Social	0,315 (Média Vulnerabilidade)	IPEA 2020
	Sistemas de proteção	Nº de famílias incluídas no Cadastro Único	45.327	CadÚnico 2023
		Nº de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	34.861	CadÚnico 2023
3 SAÚDE E BEM-ESTAR	Mortalidade Materna	Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos	Em 2023, o município registrou a taxa de mortalidade materna de 8 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos.	CIASS - SVS - AP (2024)
	Mortalidade Infantil	Taxa de mortalidade infantil a cada mil nascidos vivos	12,4 óbitos infantis por mil nascidos vivos (2021)	DATASUS - 2021
	Álcool e outras drogas	Percentual de internações hospitalares segundo as causas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas	No Amapá , em 2021, foram registradas 12,8 internações por 100 mil habitantes. (Os dados sobre internações por uso de álcool e outras drogas não estão disponíveis para Macapá; o DATASUS divulga essas informações apenas em nível estadual.)	DATASUS - 2021
	Acidentes de transportes terrestres	Taxa de mortalidade devido a acidentes de transporte terrestre, por 100 mil habitantes	6,1 óbitos por 100 mil habitantes (2021)	DATASUS - SIM 2021
	Direitos Reprodutivos	Orientação sobre prevenção de gravidez	78,2% dos escolares do 9º ano relataram ter recebido orientação sobre prevenção de gravidez na escola (Este indicador possui dados apenas para estados.)	PeNSE - 2019
		Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes	19,5% dos nascidos vivos eram de mães adolescentes (10 a 19 anos)	SINAN/DATASUS 2021
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Educação Infantil	Taxa de frequência líquida em creche e na pré-escola	Em Macapá, 29,64% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creche e 91,54% das crianças de 4 a 5 anos frequentam a pré-escola.	SIDRA - IBGE 2022
		Qualificação dos professores	93,42% dos professores da Educação Básica possuem formação em nível superior, sendo que quase metade (49,24%) já concluiu algum curso de pós-graduação. Em comparação com Dados Nacionais (2022), Macapá está acima da média nacional, com 93,42%.	INEP - Censo Escolar (2023)
	Educação Fundamental e Médio	Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio	A taxa de frequência líquida no ensino fundamental (6 a 14 anos) é de 95,20% , enquanto no ensino médio (15 a 17 anos) cai para 77,11% .	INEP - Censo Escolar (2022)
		Taxa de conclusão no ensino fundamental e médio	76,38% dos jovens concluem o fundamental até os 16 anos, e apenas 56,00% terminam o ensino médio até os 19 anos.	

Macapá e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados aos direitos da criança e do adolescente

ODS	INDICADOR	VETORES	DADOS	FONTE
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Qualidade do Ensino	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para anos iniciais e para anos finais	No IDEB 2021, Macapá obteve nota 5,2 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,3 nos anos finais , ficando abaixo das metas estabelecidas (5,5 e 4,7, respectivamente).	IBGE, Censo 2022
	Anos de Estudo	Percentual da população de 18 a 24 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto	Das 47.285 pessoas entre 18 e 24 anos, cerca de 1 em cada 9 jovens não possui instrução ou tem apenas o ensino fundamental incompleto — um total de 5.210 jovens, o que corresponde a 11,02% desse grupo etário.	
		Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino fundamental completo e médio incompleto	Entre os 47.285 jovens de 18 a 24 anos, aproximadamente 1 em cada 4 concluiu o ensino fundamental, mas não finalizou o ensino médio — somando 11.394 jovens, ou seja, 24,10% dos jovens nessa faixa de idade.	
		Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo e superior incompleto	Mais da metade dos jovens de 18 a 24 anos de Macapá concluíram o ensino médio e estão cursando ou já cursaram o ensino superior sem tê-lo concluído — são 24.876 jovens, representando 52,61% desse grupo.	
		Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino superior completo	Apenas 1 em cada 8 jovens entre 18 e 24 anos em Macapá possui diploma de ensino superior — um contingente de 5.805 jovens, equivalente a 12,27% dos 47.285 pessoas nessa faixa etária.	
5 IGUALDADE DE GÊNERO	Trabalho	Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino para exercer a mesma função	Em Macapá, as mulheres recebem, em média, 79,36% do rendimento dos homens para exercer a mesma função .	PNAD Contínua 2022
		Participação da mulher no mercado de trabalho formal	Em 2022, as mulheres correspondiam a 50,30% dos vínculos empregatícios , superando a média nacional de 44,2%. Isso indica uma significativa participação feminina no emprego formal.	MTE/RAIS 2022
		Afazeres domésticos por sexo	Enquanto 86,7% das mulheres realizam afazeres domésticos, apenas 48,2% dos homens o fazem. (Para esse indicador, não há divulgação pública em nível municipal pelo IBGE)	PNAD Contínua 2023
		Homens e mulheres ocupados no serviços doméstico com carteira de trabalho assinada	Em Macapá, o serviço doméstico é majoritariamente feminino (94,5%) e ainda apresenta baixa formalização (apenas 1.824 trabalhadores com carteira).	
		Taxa de desocupação (desemprego) por sexo	A taxa de desocupação feminina no Amapá (18,5%) é significativamente superior à masculina (11,3%) . (Para esse indicador, não há divulgação pública em nível municipal pelo IBGE)	

Macapá e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados aos direitos da criança e do adolescente

ODS	INDICADOR	VETORES	DADOS	FONTE
5 IGUALDADE DE GÊNERO	Funções de Liderança	Percentual de mulheres dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	Em Macapá, as mulheres representam 47,18% dos cargos de direção e gerência no setor privado e em organizações não públicas, o que indica um percentual relativamente alto comparado à média nacional (cerca de 38% em 2022).	MTE – RAIS 2022
		Proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores	Após as eleições de 2020, apenas 19,05% dos assentos na Câmara Municipal de Macapá eram ocupados por mulheres .	TSE - 2020
	Violência	Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídios	A taxa de homicídios foi de 18,38 por 100 mil habitantes em 2021, valor quase o dobro do limite considerado tolerável pela OMS. A violência letal atinge principalmente homens , com uma taxa de 33,66 homicídios por 100 mil homens, enquanto entre mulheres a taxa é de 3,75 por 100 mil. Do total de 96 homicídios registrados, 86 foram de homens (89,6%) e 10 de mulheres (10,4%), sendo 2 destes últimos tipificados como feminicídios.	DATASUS/SIM 2021
		Violência contra a mulher	Em 2021, foram registradas 546 notificações de violência contra mulheres , sendo a violência física (47,1%) e a psicológica (34,2%) os tipos mais frequentes, com a residência como principal local de ocorrência (62%).	DATASUS/SINAN 2021
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Produto interno bruto	Produto Interno Bruto per capita	Em 2021, o PIB per capita de Macapá foi de R\$ 17.291,21 .	IBGE – PIB dos Municípios (2021)
		Participação do PIB do município no PIB da unidade da federação	Macapá responde por 45,40% do PIB do estado do Amapá .	
	Desemprego	Taxa de desocupação (desemprego)	A taxa de desocupação no Amapá em 2023 foi de 14,1% . (Dados municipais não são divulgados pela PNAD Contínua. Os dados estaduais foram utilizados como referência.)	PNAD Contínua 2023
	Trabalho infantil	Percentual de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos envolvidos em trabalho infantil	No estado do Amapá , 4,03% das crianças de 5 a 14 anos estavam em situação de trabalho infantil em 2022. (Dados são para o estado – não há desagregação municipal.)	PNAD Contínua 2022
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Índice de desenvolvimento humano	IDH	0,733	PNUD/Ipea/FJP 2010
		IDH Educação	0,638	
		IDH Longevidade	0,858	
		IDH Renda	0,747	
		IDH Ranking	No ranking nacional de 2010, o município ocupava a 1.114 ^a posição, sendo o primeiro lugar no estado do Amapá.	

Macapá e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados aos direitos da criança e do adolescente

ODS	INDICADOR	VETORES	DADOS	FONTE
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Concentração de Renda	Índice de Gini	O Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita no município foi de 0,539 em 2022, indicando elevada concentração de renda .	PNAD Contínua 2022
	Salário Mínimo	Evolução do valor real do salário mínimo	Nacionalmente, o salário mínimo real cobre apenas 21,5% do valor necessário para sustentar uma família de quatro pessoas, situação agravada em Macapá pelo alto custo da cesta básica (R\$ 859,67 em fevereiro de 2024), a mais cara entre as capitais do Norte.	DIEESE - 2024
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Urbanização	Taxa de urbanização	99,31% (Urbanização Extrema)	IBGE 2022
		Densidade demográfica	69,12 hab/km² (Baixa Densidade)	
		Taxa de crescimento anual	0,87% ao ano (2010 - 2022)	
		Arborização de vias públicas	64,0% (relativamente boa)	IBGE 2010
		Urbanização de vias públicas	47,1% (consideravelmente baixa)	
	Moradia	Percentual de moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares)	Em 2022, 25,83% da população urbana de Macapá vivia em favelas ou aglomerados subnormais .	IBGE 2022
		Déficit habitacional relativo	Cerca de 5,34% dos domicílios de Macapá apresentam déficit habitacional	
	Mobilidade Urbana	Tempo gasto da moradia ao local de trabalho	72,72% dos trabalhadores de Macapá gastam até 30 minutos no trajeto casa-trabalho.	
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Violência e mortalidade	Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por suicídios	A taxa de mortalidade por suicídios em Macapá em 2021 foi de 3,06 por 100 mil hab.	DATASUS – SIM 2021
	Violência contra crianças e adolescentes	Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídio na faixa etária de 0 a 19 anos	Em 2021, a taxa de homicídios na população de 0 a 19 anos foi de 4,65 por 100 mil jovens .	
		Percentual de casos de violência contra crianças e adolescentes (0 a 19 anos)	38,83% das notificações de violência em Macapá envolvem crianças e adolescentes .	DATASUS/SINAN 2021

Apesar de avanços na escolarização básica e na expectativa de vida, a infância e adolescência de Macapá ainda enfrenta sérias vulnerabilidades estruturais: pobreza que atinge cerca de um terço da população, elevada desigualdade de renda, alto índice de violência sexual contra crianças e adolescentes, evasão e baixa qualidade no ensino médio, lacunas no acesso à saúde e urbanização marcada por favelização e déficit de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer.

Os indicadores apresentados indicam que o combate as desigualdades no território requer estratégias intersetoriais com recorte étnico-racial e territorial, fortalecimento da rede de proteção e protagonismo juvenil, garantindo que os direitos das crianças e adolescentes sejam efetivamente vivenciados, e não apenas assegurados formalmente.

2. Principais problemas identificados

Com base nos dados oficiais mais recentes (Censo 2022, PNAD, DATASUS, INEP, RAIS), identificam-se os seguintes eixos problemáticos prioritários para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes no município de Macapá:

- **Pobreza e Desigualdade Estrutural:** 31,4% da população vive abaixo da linha da pobreza, com Índice de Gini de 0,539. A desigualdade possui recorte étnico-racial evidente, sendo 70,96% da população autodeclarada preta ou parda.
- **Vulnerabilidade Habitacional e Urbana:** 25,83% da população urbana reside em aglomerados subnormais (favelas), convivendo com infraestrutura urbana deficiente (apenas 47,1% das vias com urbanização adequada) e oferta limitada de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, especialmente nas periferias.
- **Violações de Direitos e Violência:** A violência sexual representa 30,2% das notificações de violência contra crianças e adolescentes. O trabalho infantil atinge 4,03% das crianças de 5 a 14 anos no estado, e a taxa de homicídios geral (18,38 por 100 mil hab.) é quase o dobro do limite tolerável pela OMS.
- **Fragilidades no Sistema Educacional:** Apesar da alta frequência no ensino fundamental (95,20%), o ensino médio apresenta taxa de conclusão preocupante (56% até os 19 anos), IDEB abaixo das metas (4,3 nos anos finais) e evasão associada à necessidade de trabalhar e à gravidez na adolescência (19,5% dos nascidos vivos).
- **Acesso e Qualidade na Saúde:** A mortalidade infantil (15,2 por mil no estado) e a gravidez na adolescência permanecem como indicadores críticos. O sistema de saúde apresenta sobrecarga, dificuldade de acesso a especialidades e demanda reprimida, agravada no período pós-pandemia.
- **Inserção Laboral Precária e Desigualdade de Gênero:** O desemprego atinge 14,1% da população (estado), com maior impacto sobre jovens e mulheres. Apesar da alta participação feminina no mercado formal (50,30%), persiste a desigualdade salarial (mulheres recebem 79,36% do rendimento masculino) e a sobrecarga de afazeres domésticos.
- **Falta de Participação Social e Conhecimento sobre Direitos:** Há baixo conhecimento da população sobre espaços de controle social e sobre o ECA. Os jovens identificam a família e a escola como principais garantidores de direitos, mas sinalizam pouca participação em instâncias deliberativas municipais.

3. Principais violações identificados contra o público de crianças e adolescentes.



Violência Sexual

30,2%

das notificações de violência sexual são contra a população de 0 a 19 anos



Trabalho Infantil

4,03%

das crianças de 5 a 14 anos no estado do Amapá encontram-se em situação de trabalho infantil



Violência Física

42%

das notificações de violência física correspondem a faixa de 0 a 19 anos



Negligência e Abandono

5,2%

das notificações de violência infantil são relacionadas a abandono ou negligência



Violência Psicológica

22,6%

das denúncias de violência psicológica tem como vítimas crianças e adolescentes

3. Principais violações identificados contra o público de crianças e adolescentes.



**Violência
Educativa**

56%

dos jovens concluem
o ensino médio até
os 19 anos



**Moradia
Digna**

25,83%

da população urbana vive
em aglomerados subnormais
sem infraestrutura básica



**Insegurança
Alimentar**

31,4%

da população abaixo da
linha da pobreza e em
insegurança alimentar



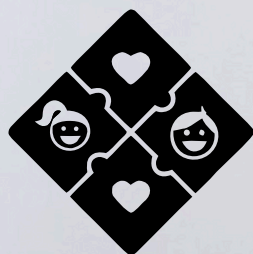
**Direito à
Proteção**

4,65

por 100 mil jovens é a taxa
de homicídios na faixa de 0
a 19 anos

As diferentes formas de violência identificadas estão interligadas e se reforçam mutuamente. Em Macapá, essas violações não acontecem por acaso; elas são resultado de desigualdades profundas ligadas à renda, raça e local onde se vive, afetando com mais força **crianças e adolescentes negros, pobres e das periferias**. Para mudar essa realidade, não basta agir sobre cada problema separadamente; é preciso uma ação coordenada que enfrente a raiz comum de todas elas: a pobreza, a falta de oportunidades e a fragilidade da rede de proteção.

PLANO DE AÇÃO



CMDCA

Macapá - AP